

## Reflexões sobre a educação básica:

garantia do direito e a motivação para aprender no contexto histórico-cultural

Ana Laura Bonini

Rosana Michelli de Castro

Érica Ribeiro Magi

**Como citar:** BONINI, Ana Laura; CASTRO, Rosane Michelli de; MAGI, Érica Ribeiro. Reflexões sobre a educação básica: garantia do direito e a motivação para aprender no contexto histórico-cultural. *In:* SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Direitos humanos, diversidade, gênero e sexualidade:** reflexões, diagnósticos e intervenções na pesquisa em educação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p.91-112.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-014-3.p91-112>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA: garantia do direito e a motivação para aprender no contexto histórico-cultural

---

*Ana Laura Bonini Rodrigues de Souza*<sup>12</sup>

*Rosane Michelli de Castro*<sup>13</sup>

*Érica Ribeiro Magi*<sup>14</sup>

## Introdução

A aprendizagem como um conjunto de situações vividas, experiências, diálogos, integração intelectual, cultural e afetiva correlaciona com as temáticas de motivação para aprender e a questão do Direito à Educação como fundamental. Conhecimentos intelectuais e culturais integram a dialética professora<sup>15</sup> e aluna, as quais se apropriam, reciprocamente, do direito de ensinar e aprender, envolvendo a capacidade de pensar, assim como a liberdade de expressão de ambas com a possibilidade de articulação do intelecto, cultura e emoções, ou seja, sendo para o desenvolvimento integral do ser humano.

Com a superação das diferenças verticais de educadora e educanda, é produzido um aprender no contexto Histórico-

---

<sup>12</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: boninianalaura00@gmail.com

<sup>13</sup> Professora Assistente junto ao Departamento de Didática (DPD) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: r.castro@unesp.br

<sup>14</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ericar.magi@gmail.com

<sup>15</sup> Utilizaremos nas linhas deste artigo os termos de professoras e alunas no feminino, enfatizando a presença de mulheres na Educação.

Cultural, assinalando para a valorização do conhecimento de cada pessoa, sendo único em suas experiências e percepções, valorando o ser pelo o que é e por suas vivências.

A integração entre professora e aluna em função do conhecimento as torna construtoras do saber, colocando a escola na posição privilegiada, perpassado pelas relações humanas, centrada em questões sociais, intelecto e no Direito Fundamental à Educação, podendo assim ser definida como uma propulsora de pessoas que se apropriam do saber de forma integral.

Será ressaltado nas linhas deste texto a pedagogia fraternal, a qual se baseia em uma educação que objetiva uma formação para além do sujeito cognoscente. A propósito, González Serra (2000, p. 297), se reporta a José Martí, o qual possuía como dever de vida o “melhoramento humano”, como se segue:

El Apóstol fue un luchador incansable por la independencia de Cuba; se esforzó por conducir a los hombres al cumplimiento con el deber y los valores Morales; ejerció em ocasiones el magisterio y nos dejó importantes ideas pedagógicas. Estos tres componentes indudables de su vida y obra fundamentan la afirmación del hombre. Numerosas afirmaciones suyas reafirman este criterio: luchar por el mejoramiento humano fue una tarea central em su vida.

González Serra (2000) caracteriza como ideário Martíano a formação da pessoa com caracteres da criação, ou seja, a criatividade do indivíduo sendo embasada em um ensino amplo, composto por orientações sociais e enaltece ternura entre educadora e educanda, o amor pela humanidade e sua pátria, focalizando, assim, um

aprendizado baseado na liberdade de aprender e ensinar, em consonância com a cultura de cada Ser.

Com o embasamento da articulação do intelecto científico, ideologia, cultura e afeto, torna-se possível o diálogo com Marcolino (2013), o qual relata um ensino em escolas com a mediação da professora, relacionando à cultura da criança: “Ao falarmos de mediação pedagógica, do ponto de vista da psicologia Histórico-Cultural, falamos das intervenções e ações que garantem às crianças o domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural” (MARCOLINO, 2013, p. 22).

Considerando a conjuntura política do Brasil, sob a égide conservadora e elitista (ou pseudo-elitista), notou-se a necessária reflexão sobre a importância da formação de sujeitos conscientes, portanto, críticos quanto aos saberes, assim quanto aos seus direitos e deveres.

Assim, foi possível a correlação entre os métodos conteudistas tradicionais usados em sala de aula, a motivação para o aprendizado em diálogo com o Direito fundamental à Educação, na elaboração do presente texto que pretende iniciar reflexões sobre a consciência crítica de professoras e alunas na sociedade atual.

### **A Educação Integral do Ser Humano e a Dialética como Método Integral de Aprendizagem**

Há algum tempo atrás, as teorias da educação marcadas pelo viés idealista não levavam em consideração essa exigência do conhecimento da realidade. Ao que parece, desejava-se deixar a escola fora desse contexto, como se fosse instância pura formadora do homem, fora dos conflitos, fora das

determinações, e, conseqüentemente, fora da história. (VASCONCELOS, 1999, p. 104).

No excerto anterior, Vasconcelos (1999) se reporta à relação sociedade e escola, com a noção de abordagem relativa às temáticas valorativas para a história e sociedade, com a visão de trazer as questões sociais para a escola, como parte da formação da educanda.

Questões como de gênero, classes e culturas, possibilitam o diálogo com Gonzàlez Serra (2000), o qual se coloca em defesa do idealismo em junção do materialismo, a formação moral, intelectual e a colocação dos saberes no meio social de forma útil, enfatizando a pedagogia da ternura, embasada na valorização dos sentimentos e realidade social, para a construção de um saber crítico, articulando o ser humano, ora aluna, com seus afetos, sua realidade de vida e o intelecto, assim como o ser humano professora, também com sua realidade, sentimentos e com ideal de moral e sua função para com as cidadãs, sendo um modelo de pessoa com superioridade, na ideia filosófica da ternura.

Notamos como primeiro passo para uma possível aplicação da pedagogia da ternura no ensino Brasileiro, uma formação de alunas com conhecimentos sobre seus Direitos Humanos, expandindo seus conhecimentos sobre dignidade, cidadania e liberdade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9394/96, salienta:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BRASIL, 2015, p. 9, grifo nosso).

O amparo Legal da função social da Educação e da professora para com as educandas e, o ideário de professora que disserta Gonzàlez Serra (2000), na atual circunstância política e social do Brasil, ainda se faz distante; um país, marcado pela desigualdade social e pelo ódio, dada a conjuntura política (2018), marcando as eleições presidenciais com a maioria da população que levou ao segundo turno e elegeu como Presidente do Brasil (2019), um discurso encharcado de desumanidades, desvalorizando por completo os sentimentos e a moral e, por consequência, a Educação criativa, conforme traz uma matéria do jornal *Folha de São Paulo* em 2018:

O capitão reformado do exército voltou a criticar a ideologia de gênero e defendeu a escola sem partido. [...] Bolsonaro disse ainda que pretende tirar do MEC a influência do educador Paulo Freire para combater o pensamento Crítico. (FERNANDES, 2018, online).

Com relação à aprendizagem, Freire (1967) em específico com relação à alfabetização de adultos, deixou como legado educacional que, às pessoas, não basta apenas estar no mundo,

[...] mas com ele. Há de travar relações permanentes com este mundo, de que decorre pelos atos de criação e recriação, o acrescentamento que ele faz ao mundo natural, que não fez, representado na realidade cultural. E de que, nestas relações com a realidade e na realidade, trava o homem uma relação específica — de sujeito para objeto — de que resulta o conhecimento, que expressa pela linguagem. (FREIRE, 1967, p. 104).

Tais formulações implica em um ensino e educação não desejável ao governo conservador, ou seja, uma “Educação como prática de liberdade” (FREIRE, 1967), a importância do saber contextualizado e consciente da realidade, sendo as pessoas donas de um pensar crítico e despido da ingenuidade.

Nesse sentido, também é pertinente pensarmos em aprendizagem na perspectiva do diálogo com pedagogias que consideram que, em contextos em que as desigualdades socioeconômicas insistem em ofertas para a manutenção do *status quo* da sociedade, pedagogias que consideram a apropriação de conteúdos como forma de conscientização e superação das condições de alienação, a exemplo da Pedagogia cunhada como Histórico-Crítica, por Saviani (2013). Em Saviani (2013, p. 15) é ressaltado o amplo conceito de currículo, como sendo tudo o que a escola faz, salientando que não pode haver, porque não há, a divisão entre o que é curricular e o que seria extracurricular e propõe um novo significado, ainda que provisório, ao aludido conceito com o

acréscimo de “nucleares”, redefinindo o termo: “currículo é o conjunto de atividades nucleares desenvolvidas pela escola”.

Dessa forma, professoras conscientes ou não sobre a historicidade de ser mulher no campo laboral da docência, promovem o início do movimento da Educação integral das alunas, apenas pela presença da mulher no meio educacional. E essa movimentação é aprofundada ao conhecimento das alunas, quando professoras tomam para si a consciência de história de luta sobre os direitos humanos das mulheres. Com sua redefinição, Saviani (2013) reforça a ideia de escola como uma forma de emancipação humana libertadora de preconceitos e condições arcaicas de modos de pensamentos, como a demonstrada na atual circunstância política do Brasil, com a possível retirada dos estudos de gênero das escolas, ignorando questões pretéritas da história da humanidade, também demonstrada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que, em sua criação, ignorou a igualdade entre os sexos, demonstrando a história sociocultural marcada por resistência e luta das mulheres, as quais não podem regredir e nem sucumbir pelo patriarcado:

O poder patriarcal é exercido não somente sobre as mulheres, mas também sobre outros grupos humanos a partir de condições ou características desvalorizadas socialmente, como pertencer a certos grupos de idade (jovens, crianças, idosos) a origem étnica (indígenas, orientais, negros, entre outras), a orientação sexo-afetiva (lésbicas, bissexuais), condições de saúde, entre outros. (NASSER, 2004, p. 355).

O poder do masculino sob o feminino atinge e prejudica não somente as mulheres, mas, além dos grupos desvalorizados, os

homens também, os quais são cobrados socialmente como provedores e são negligenciados quanto aos sentimentos, os quais se alinham ao que é feminino socialmente construído. Nota-se então, a necessidade da abertura para ações de diálogo entre professora-aluna no processo de ensino e de aprendizagem, sendo os sujeitos desses processos, seres individuais, com pensamentos e vivências próprias, conforme (VEIGA, 2008).

A relação interdisciplinar e afetuosa promove o aconchego da aluna para o recebimento, dos conteúdos programáticos trabalhados de forma transversal com questões comumente denominadas extracurriculares. Trata-se do conhecimento da cultura humana e social, tomando o posto de maior valoração o aprendizado sistêmico e disciplinarizador.

Com o embasamento da Teoria Histórico-Crítica, é possível buscar estabelecer um diálogo com os pressupostos da chamada Nova História Cultural, em busca de uma outra narrativa sobre o valor à vida cotidiana para as apropriações humanas em geral.

Burke (2005) disserta que a Nova História Cultural é herdeira da *Escola dos Annales*, originária de uma revista inaugurada em 1929, por historiadores insatisfeitos com a forte presença da história política, “história dos poderosos”. Nesse sentido, a revista tinha como foco a produção de narrativas centradas na interdisciplinaridade, propondo questões e reflexões, em superação de narrativas generalizantes. O enfoque passou a ser o da história integral, dando atenção às subculturas, ou seja, abrangeu vozes que não eram ouvidas, histórias de pessoas comuns, as microhistórias, priorizando os detalhes formadores sociais.

A pluralidade de culturas, priorizada na Pedagogia Freiriana, também é fator metodológico essencial na Pedagogia Histórico-Crítica, partindo do conhecimento prévio da aluna, da historicidade desse conhecimento, com o poder de reflexões e críticas, próprios do processo de relação humana e trocas culturais com as professoras(es) e colegas de classe, desconectando-se de qualquer pedagogia disciplinarizadora centrada na memorização dos conteúdos, não havendo apropriações capazes de promover o desenvolvimento humano.

Centrando-se na formação de pessoas pensantes e com caracteres criadores, González Serra (2015) disserta sobre o ideário Martiano, com relação às pessoas altruístas, com o entendimento e sentimento de humanidade:

El Ideario Martiano plantea una tarea fundamental a la psicología del siglo XXI: luchar por un hombre altruista (entregado a la patria y a la humanidad), creador y libre (que no sea víctima de la convención ni del formalismo, y que pueda realizar su naturaleza). Pues dijo: he aquí el único modo de poblar la tierra de una generación vigorosa y creadora que le falta. (GONZÁLEZ SERRA, 2015, p. 41).

O saber integral não é algo pronto, mas sim apreendido, usufruindo todas as potencialidades da pessoa humana, sendo indispensável para este aprendizado, a relação humana e o afeto para a formação de uma pessoa que possua moral e princípios para com a paz e o bem-estar social.

Freire (2001) ressalta a necessidade dessas potencialidades dialogarem entre si, para a ocorrência de uma formação amistosa das educandas, educadoras e a realidade vivida:

[...] É preciso que nosso corpo, que socialmente vai se tornando atuante, consciente, falante, leitor e “escritor” se aproprie criticamente de sua forma de vir sendo que faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se. Quer dizer, é necessário que não apenas nos demos conta de como estamos sendo mas nos assumamos plenamente com estes “seres programados, mas para aprender”, de que nos fala François Jacob (4). É necessário, então, que aprendamos a aprender, vale dizer, que entre outras coisas, demos à linguagem oral e escrita, a seu uso, a importância que lhe vem sendo cientificamente reconhecida. [...] Se estudar, para nós, não fosse quase sempre *um fardo*, se ler não fosse uma obrigação amarga a cumprir, se, pelo contrário, estudar e ler fossem fontes de alegria e de prazer, de que resulta também o indispensável conhecimento com que nos movemos melhor no mundo, teríamos índices melhor reveladores da qualidade de nossa educação. (FREIRE, 2001, p. 267).

A formação humana decorre do conhecimento integral, pois a memorização de conteúdos forma pessoas com pensamentos programados iguais ao de um maquinário. No entanto, os conteúdos apropriados em processos constituídos com e pelo afeto, valores e princípios morais, constituem seres humanos pleno em todas suas capacidades, com poder de reflexão e empatia pelos outros seres envolvidos de ideias, sentimentos e poder de criação:

Todo proceso psíquico (percepción, memoria, pensamento, tendencia, emoción, sentimento, etc.) refleja interacción establecida entre el sujeto y el mundo, y sirve para regular la actividad del individuo, su conducta. Todo fenómeno psíquico es, a su vez, um reflejo de la realidade y um eslabón en el proceso regulador de la actividad. (GONZÁLEZ SERRA, 2008, p. 51).

Em concordância com Gonzàlez Serra (2008), a motivação está relacionada com os processos psíquicos abrangentes às percepções, memórias, pensamentos e sentimentos, sendo esses fenômenos reflexos da realidade vivida e a completa integração desses processos é o que pode definir a presente discussão sobre motivação.

Nesse sentido, é possível afirmar, ao encontro das formulações vigotskianas, que a motivação é decorrente das vivências coletivas, mediadas por sujeitos mais experientes. A mediação dos sujeitos com o mundo é possível considerando a historicidade destes com reflexões e opiniões críticas da realidade, o que demonstra a importância da professora(o) na mediação do conhecimento para aprendizagem que conduz ao desenvolvimento.

Em termos legais, a Educação é definida como fundamental na Lei máxima brasileira, a *Constituição Federativa da República do Brasil* de 1988 (CF/88), sendo abordada em seus artigos como direito e dever do Estado e da família, além de incentivada pela sociedade para o pleno desenvolvimento da pessoa assim como, envolta de princípios libertários.

Vejamos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (BRASIL, 1988, p. 124).

É percebido que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) também alicerça o aprendizado em perspectiva que dialoga com a Pedagogia histórico-crítica, valorizadoras da formação educativa em conexão com a vida familiar e a socialização do ser humano em âmbito sociocultural (BRASIL, 2015).

A vinculação do saber intelectual e cultural é base para um mundo habitado por seres com liberdade de pensamento e sentimentos. Com base em tais liberdades, a Lei Máxima brasileira tem como objetivos fundamentais a promoção do bem de todas, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, CF/88). Dessa forma, é explicitada a necessidade da formação integral do Ser Humano, assim como a importância do aprendizado da cidadania e a formação de professoras conscientes, com abordagens de ensino de acordo com a realidade brasileira.

Com favoráveis abordagens das pedagogas às questões sociais, ressaltando o ensino transversal de aludidas questões como parte das grades curriculares, é possível a promoção do aprendizado da realidade social brasileira em suas distorcidas relações que têm promovido a discriminação por gênero, raça e classe. Tal aprendizado é de suma importância para a formação do ser humano integral, possuindo desenvolvimento, tanto intelectual, quanto empático, emocional e afetivo.

## **Educação e Sociedade: como relacioná-las?**

Se estamos preocupados com uma educação e ensino humanos voltados ao desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico das pessoas, podemos começar retomando questões recorrente nos discursos dos teóricos sociais, como: Quais relações entre educação e ensino públicos e sociedade? Por que determinados conteúdos educacionais são ou não oferecidos nos currículos das escolas públicas e privadas e o que isso tem a ver com a sociedade? E, ainda, por que é fundamental trazermos para o debate sobre educação brasileira a desigualdade socioeconômica?

Wright Mills denomina esse modo de pensar sobre a vida de “imaginação sociológica”, em que ele propõe relacionar as experiências individuais e locais à sociedade, sendo que esta confere sentido a essas experiências (MILLS, 1980). Pensar sociologicamente a educação parte da constatação de que o processo aprendizagem não depende exclusivamente do talento individual, uma vez que, a educação escolar e sua organização está diretamente ligada à interesses econômicos, políticos e valores culturais de uma sociedade em determinado período.

A “imaginação sociológica” nos obriga a evidenciar os sentidos sócio-históricos da educação, pensada como fenômeno amplo, produzido socialmente, desde a presença ou ausência da aluna em sala de aula, a formação de professoras, a relação entre professora e aluna, os conteúdos ministrados, a importância atribuída ao conhecimento científico por diferentes grupos sociais e, por fim, discutir como o sistema escolar público é estruturado pelo Estado e quais são os interesses e projetos da iniciativa privada na educação.

Sobre a construção de um currículo escolar, Raymond Williams fez uma instigante análise sócio-histórica das formas de educação desenvolvidas na sociedade britânica do medievo até os anos 1950, afirmando que:

It is also that the content of education, which is subject to great historical variation, again expresses, again both consciously and unconsciously, certain basic elements in the culture, what is thought of as 'an education' being in fact a particular selection, a particular set of emphases and omissions. Further, when this selection of content is examined more closely, it will be seen to be one of the decisive factors affecting its distribution: the cultural choices involved in the selection of content have an organic relation to the social choices involved in the practical organisation. (WILLIAMS, 2011, p. 153)<sup>16</sup>.

Algo importante a ser destacado da citação é que o aprendizado é baseado em um currículo, o qual define-se como uma “seleção particular”, com ênfases e omissões em sua construção. De modo que, “escolhas culturais” estão envolvidas nessa seleção e, mais, como define “cultura” como um todo “modo de vida”, quer dizer que as escolhas culturais presentes na formação do currículo estão relacionadas à organização social mais ampla e historicamente determinada. Questionar, por exemplo, o(s) porquê(s) de não aprendermos profundamente sobre os povos indígenas na escola

---

<sup>16</sup> Também, o conteúdo da educação, que está sujeito a uma grande variação histórica, expressa novamente, consciente e inconscientemente, certos elementos básicos da cultura, o que é pensado como 'uma educação' sendo, de fato, uma seleção específica, um conjunto particular de ênfases e omissões. Além disso, quando essa seleção de conteúdo for examinada mais de perto, será visto como um dos fatores decisivos que afetam sua distribuição: as escolhas culturais envolvidas na seleção de conteúdo têm uma relação orgânica com as escolhas sociais envolvidas na organização prática. (tradução nossa).

brasileira, nos conta como a nossa seleção particular de conteúdos está determinada por escolhas culturais não interessadas na história desses povos, tidos ainda por setores da política e da economia como subalternos, que não deveriam estar ocupando territórios providos de riquezas que poderiam estar servindo à acumulação capitalista.

Assim, para Williams (2011) evidenciar as “ênfases e omissões”, portanto, presentes em um currículo é fundamental também para analisar a sociedade e que tipo de sujeito está se objetivando formar. A exemplo, é possível citarmos a reforma do Ensino Médio, aprovada no governo brasileiro de Michel Temer (2016-2018), a qual apresenta um caráter bastante restrito de possibilidades de aprendizado, porque não exige que a aluna tenha contato com os conteúdos de todas áreas do conhecimento. O projeto, o qual ainda não foi implementado e não sabemos se será implementado sob o governo de Jair Bolsonaro, defende que a adolescente tem condições para escolher a área em que irá se dedicar, se humanidades, exatas ou biológicas.

Ora, um sujeito em formação escolar não pode querer estudar Literatura e Física ao mesmo tempo? Que sujeito está sendo formado por meio de um currículo restrito? Uma conclusão óbvia: aqueles com condições de acesso a um ensino geral, diverso e de qualidade, terão a chance de se apropriarem de um repertório cultural e de conhecimento científico sofisticado, em detrimento daqueles que precisarão optar por uma especialização escolar e precária.

Sendo assim, como garantir as ofertas de conhecimentos em uma relação amistosa entre professoras e alunas com vistas à produção de novas aprendizagens e conhecimentos, em um contexto

sócio-político de ataque às liberdades de cátedra, pelas mãos do movimento Escola Sem Partido, e de deslegitimação cada vez maior do conhecimento científico e da laicidade no ambiente escolar no Brasil? Tal ambiente contraria o estabelecido legalmente para nossa educação e ensino, dessas liberdades estão garantidas pela Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 206, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), n. 9394/96, em seu artigo 3º, já citados no decorrer deste texto, enfatizando a liberdade de ensinar e as ideias plurais, a dialética necessária para o aprendizado, assim como a promoção de um ensino democrático que permite o diálogo em ideias divergentes.

O exemplo da reforma do Ensino Médio brasileiro está relacionado ao que Christian Laval vê nos sistemas de ensino francês e norte-americano. O sociólogo francês considera que o “fundamento ideológico” da educação é cada vez mais tecnicista e individualizado, em resumo, neoliberal:

A razão de ser da instituição escolar não se encontra mais na distribuição mais igual possível do conhecimento, mas nas lógicas de produtividade e eficiência do mundo industrial e mercantilizado. As lógicas de eficiência que vêm se impondo não são ‘axiologicamente neutras’, como dizem os gestores que gostam de posar de filósofos ou sociólogos: elas não são apenas técnicas, mas, ao contrário, profundamente culturais e políticas. (LAVAL, 2019, p. 68).

Não é por acaso que não cessam no Brasil as discussões sobre eficiência educacional, empreendedorismo para crianças e adolescentes, avaliação da produtividade de alunos e professores e bônus para os avaliados como produtivos. Ademais, verificamos

agentes escolares fomentando a competitividade entre as alunas, e não, como gostaríamos, a solidariedade, a troca de conhecimentos.

Laval (2019, p. 16, grifo do autor) afirma que a lógica econômica e de produtividade vem integrando também a cultura escolar e as políticas públicas para a educação, ou seja, “é a *monopolização* progressiva do discurso e da dinâmica reformadora [da educação] pela ideologia neoliberal.”. Sob a ideologia neoliberal, estados nacionais vêm retirando investimentos do ensino público e endossando o setor privado no oferecimento da mercadoria ensino escolar e universitário à população.

O interessante é que pouco ouvimos dos gestores educacionais que elaboram as políticas públicas, afinados à lógica da eficiência e competitividade acerca da desigualdade no acesso ao ensino de boa qualidade e sobre as condições de permanência na escola e universidade. Dissecar criticamente as relações entre educação e sociedade não lhes parece importante, porque o mito da meritocracia cairia por terra, através de uma palavra fundamental que seria colocada na mesa de debate: desigualdade.

Vivemos em uma sociedade dividida entre classes sociais, cujo acesso à renda, saúde, moradia, transporte e alimentação é bastante desigual e injusto com a maioria da população. Em uma matéria do jornal *El País*, o jornalista Felipe Betim entrevista estudantes do Ensino Médio de diferentes classes sociais, indagando como cada um estava estudando durante a pandemia do coronavírus. Vamos a um trecho:

Apesar de morar numa região de periferia, Ana Regina, que mora com a mãe numa casa de três quartos com quintal, considera ter mais estrutura que muitos de seus colegas.

“Enquanto alguns romantizam a quarentena e falam sobre se reinventar e se adaptar as plataformas online, outras pessoas nem mesmo tem acesso a internet”. Não surpreende que, diante desse cenário, o Governo Jair Bolsonaro queira manter as provas do ENEM, uma de suas principais preocupações. Os adolescentes mais ricos, com mais estrutura para continuar estudando durante a quarentena, serão beneficiados em detrimento de pessoas com menos recursos para tal, acredita ela. “É algo feito para os adolescentes mais ricos, e os prejudicados somos nós. Estamos vivendo na prática um governo que sempre se apresentou como preconceituoso e misógino” (BETIM, 2020, p. 21).

Estudantes sem acesso à internet para o prosseguimento dos estudos, sem água para lavar as mãos com frequência, um dos procedimentos necessários para a manutenção da limpeza corporal e conter o novo vírus, crianças pretas pobres são mortas à bala, enquanto brincam em suas casas na periferia<sup>17</sup>.

Em meio de uma pandemia, mulheres, empregadas domésticas, expõem-se ao vírus para levar comida para casa, já que seus patrões e patroas não as liberam de seus serviços e, se liberam, não as pagam<sup>18</sup>. Tais fatos colocaram brasileiros e brasileiras de frente com a desigualdade: justiça social não existe para todos e todas, a sociedade capitalista não tem nada a contribuir para aniquilação da desigualdade social.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/casa-onde-joao-pedro-morreu-tem-72-marcas-de-tiros-rv1-1-24437931.htm>. Acesso em: 21 maio 2020.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/uma-reflexao-sobre-empregadas-domesticas-na-pandemia>. Acesso em: 21 maio 2020.

## **Considerações Finais**

É possível que seja um tanto assustador ler essas linhas sobre a situação contemporânea da Educação. Nada mais contrário à ideologia neoliberal do que a “imaginação sociológica” (MILLS, 1980), nos exigindo uma reflexão sobre o cotidiano, a experiência individual atrelada à sociedade. A falta de dinheiro para comprar alimentos e remédios para as crianças deixa de ser vista como um fracasso individual, e passa a ser analisado como resultado de um contexto social e histórico de exploração e econômica, concentração de renda com a participação do Estado.

E com a enfática realidade desigual ressaltada com a pandemia, analisá-las de forma a compreender o país e mundo que se vive, culmina-se nos porquês da desvalorização socioeconômica para com a Educação.

Um país sem um método de distribuição de renda que seja o mais igualitário possível, que desvaloriza pessoas por suas cores diversas, aparências, sexo, desejos e vontades de ser, pelas classes sociais, reflete as morais e modos de viver das pessoas que o compõe. O que nos leva a refletir sobre qual futuro queremos e como construí-lo.

A conscientização coletiva da população, em conjunto com os governos, sobre a importância da Educação na construção de um futuro menos desigual é um caminho a seguir para a ocorrência das mudanças socioculturais e econômicas de um país, e o reconhecimento das desigualdades sociais e das necessidades humanas de afeto, chocam-se com o modelo capitalista que tende a transformar seres humanos em máquinas.

Sendo assim, as presentes inquietações e as motivações para as reflexões realizadas neste capítulo foram pensadas a propor caminhos diferentes e conclui-se que é na Educação envolvente da dialética entre professoras, alunas e o mundo, que a consciência crítica da sociedade se cria.

## **Referências**

BETIM, F. Jovens têm choque de consciência sobre privilégios e injustiças do Brasil durante a pandemia. **El País**, São Paulo, 12 maio 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-12/jovens-tem-choque-de-consciencia-sobre-privilegios-e-injusticas-do-brasil-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Diário oficial da república federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 01 jan. 2018.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional [recurso eletrônico]: **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.  
BURKE, P. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERNANDES, T. Bolsonaro propõe ensino a distância para combater marxismo e reduzir custos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 de ago. de 2018. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/bolsonaro-propoe-ensino-a-distancia-para-combater-marxismo-e-reduzir-custos.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 15, v. 42, p. 259-268, 2001.

GONZÁLEZ SERRA, D. J. El ideário Martiano y la formación del hombre. **Revista Cubana de psicología**, Cuba, v. 17, n. 3, p. 297-306, 2000.

GONZÁLEZ SERRA, D. J. **Psicología de lá motivación**. La Habana, Cuba: Editorial Ciencias Médicas, 2008.

GONZÁLEZ SERRA, D. J. Martí, Vygotski y los fundamentos de la psicología cubana histórico cultural. **Alternativas cubanas em Psicología**, Cuba, v. 3, n. 7, p. 37-41, 2015.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MARCOLINO, S. **A mediação pedagógica na Educação Infantil para o desenvolvimento da brincadeira de papéis sociais**. 2013. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.

NASSER, M. A. **Mulheres jovens e direitos humanos. manual de capacitação em direitos humanos das mulheres jovens e a aplicação da cedaw.** São Paulo: Fundo de Populações das Nações Unidas – UNFPA, 2004.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

VASCONCELOS, C. dos S. Projeto político-pedagógico: conceito e metodologia de elaboração. *In*: VASCONCELOS, Celso dos Santos (Org.). **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 5. ed. São Paulo: Libertad, 1999. p. 169-181.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino:** por que não? 19. ed. Campinas: Papirus, 2008.

WILLIAMS, R. **The long revolution.** Cardigan: Parthian Book, 2011.